



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

---

**Concorrência Pública DGA nº 1/2019**

**Processo nº 01-P-00541/2019**

**Data de encerramento para a entrega dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação e “B” – Proposta Comercial**, devidamente identificados com o número da presente Concorrência Pública: **02/07/2019 - às 09:30 horas.**

**Data de abertura dos envelopes “A” - Documentação para Habilitação: 02/07/2019 - às 10:00 horas.**

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

Comprador: William de Sousa Lima

Telefone: (19) 3521- 4383

Fax: (19) 3521-4397

A **Universidade Estadual de Campinas – Unicamp**, torna público, para conhecimento geral, a abertura de certame licitatório, modalidade “Concorrência Pública”, destinada à seleção da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa para a execução das obras para conclusão do Centro Paulista de Pesquisa em Bioenergia - Implantação, Prédio do Laboratório, Edifício Sede, Subestação, Abrigo para Central de Água Gelada e Climatização**, conforme especificações contidas no Anexo I, cujo processamento subordina-se às normas e princípios estabelecidos no Estatuto de Licitações e Contratos - Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Constituem partes integrantes deste edital, nos termos do § 2º, do artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93, os seguintes anexos:

**Anexo I – Pasta Técnica, contendo:**

- ✓ Memorial Descritivo da CPO – Número 001/2019 – R1
- ✓ Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp (disponível no *site*: [http://www.prefeitura.unicamp.br/documentos/caderno\\_encargos.pdf/view](http://www.prefeitura.unicamp.br/documentos/caderno_encargos.pdf/view))
- ✓ Manual da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH (disponível no *site* [http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man\\_dssso\\_seguranca.pdf](http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man_dssso_seguranca.pdf))
- ✓ Documento da Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional – DSSO intitulado “Principais ações e documentação básica para entrega das medidas de segurança contra incêndio instaladas nas edificações”
- ✓ Modelo de Planilha Orçamentária
- ✓ Modelo de Cronograma Físico-Financeiro
- ✓ Planilha com os quantitativos e preços unitários
- ✓ Modelo de Diário de Obras
- ✓ Modelo de Placa de Obra



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

- ✓ Relatório Fotográfico
- ✓ Documento Técnico nº 15/2014/Rev02 e Documento Técnico nº 21/2014 da Equipe de Elevadores – Unicamp (CEMEQ)
- ✓ Atenção: Para utilização, os arquivos de projeto na extensão “.pdf” devem ser impressos na escala real, já configurada.
- ✓ PROJETOS:
  - ARQUITETURA:
    - ✓ Central de Água Gelada – Folha ARQ 01/01
    - ✓ Subestação – Folha ARQ 01/01
    - ✓ Implantação – Folha ARQ 01/01
    - ✓ Reforma do Laboratório de Pesquisa – Folhas ARQ 01/32 a ARQ 32/32
    - ✓ Construção do Edifício Sede – Folhas ARQ 01/23 a ARQ 23/23
  - BOMBEIRO:
    - ✓ Projeto Técnico de Segurança contra Incêndio – Folha 01/11 a 11/11
  - ELÉTRICA:
    - ✓ Reforma do Laboratório de Pesquisa – Folha ELE 01/14 a ELE 14/14
    - ✓ Construção do Edifício Sede – Folhas ELE 01/08 a ELE 08/08
    - ✓ Subestação – Folhas ELE 01/05 a ELE 05/05
  - ESTRUTURA:
    - ✓ Estrutura Metálica – Lab. Pesquisa e Edif. Sede – Folhas EST 01/02 a EST 02/02
    - ✓ Estrutura Metálica – Lab. Pesquisa e Edif. Sede – MET DES M-001 e MET DES M-002
  - HIDRÁULICA:
    - ✓ Implantação Geral – Folha HID 01/01
    - ✓ Laboratório – Folhas HID 01/11 a HID 11/11
    - ✓ Edifício Sede – Folhas HID 01/13 a HID 13/13
    - ✓ Subestação – Folhas HID 01/01
  - CLIMATIZAÇÃO:
    - ✓ Central de Água Gelada – CLI-01/06 a CLI-06/06
    - ✓ Edifício Sede – CLI-01/12 a CLI-12/12
    - ✓ Edifício Laboratório – CLI-01/14 a CLI-14/14
  - MEMORIAIS DESCRITIVOS:
    - ✓ Memorial Descritivo de Arquitetura – Laboratório de Pesquisa
    - ✓ Memorial Descritivo de Arquitetura – Edifício Sede
    - ✓ Memorial Descritivo de Arquitetura – Subestação
    - ✓ Memorial Descritivo de Arquitetura – Central de Água Gelada
    - ✓ Memorial Descritivo de Elétrica – Laboratório de Pesquisa
    - ✓ Memorial Descritivo de Elétrica – Edifício Sede
    - ✓ Memorial Descritivo de Elétrica – Subestação
    - ✓ Memorial Descritivo de Hidráulica – Laboratório de Pesquisa
    - ✓ Memorial Descritivo de Hidráulica – Edifício Sede
    - ✓ Memorial Descritivo de Climatização – Central de Água Gelada
    - ✓ Memorial Descritivo de Climatização – Edifício Sede
    - ✓ Memorial Descritivo de Climatização – Edifício Laboratório



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

**Anexo II – Condições de Visita Técnica Franqueada**

**Anexo III – Documentação para Habilitação**

**Anexo IV – Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira**

**Anexo V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**

**Anexo VI – Minuta do Termo de Contrato**

## **1. DA RETIRADA DO EDITAL E ENTREGA DOS ENVELOPES**

1.1. O edital e seus anexos estão disponíveis na internet no *link* [https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios\\_14\\_1.aspx](https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx), onde poderão ser consultados e extraídas cópias, ou ainda, na Suprimentos/DGA, situada na Praça das Bandeiras, nº45, Quadra 2, Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP no horário de expediente da Unicamp compreendido entre 9:00 e 17:00 horas.

1.2. Os envelopes “A” - Documentação para Habilitação e “B” - Proposta Comercial deverão ser entregues no **Expediente da Área de Suprimentos/DGA**, até o dia e horário estabelecidos no preâmbulo, no local e no endereço indicados no item anterior.

1.3. Os Envelopes Documentação e Proposta apresentados à Unicamp após a data e horário fixados no presente Edital serão devolvidos, ainda fechados, aos respectivos interessados, no dia da abertura dos envelopes. Não estando presentes os interessados, os envelopes ficarão disponíveis para retirada no prazo de 15 (quinze) dias, findo os quais serão inutilizados sem qualquer aviso prévio.

1.4. Não será admitido o recebimento de envelopes via postal ou similar.

1.5. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização da Sessão Pública na data marcada, a mesma será transferida automaticamente para o primeiro dia útil de expediente normal na Unicamp subsequente aos ora fixados. As demais datas constantes deste edital também serão automaticamente transferidas.

## **2. ABERTURA DOS ENVELOPES**

2.1. Na Sala de Reuniões da **Suprimentos/DGA**, no endereço supramencionado.

## **3. DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa para a execução das obras para conclusão do Centro Paulista de Pesquisa em Bioenergia - Implantação, Prédio do Laboratório, Edifício Sede, Subestação, Abrigo para Central de Água Gelada e Climatização, conforme especificações contidas no Anexo I.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

3.2. O fornecimento de todo material, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita e integral execução dos serviços é de inteira responsabilidade e ônus da contratada.

3.3. O orçamento estimado da obra, com a inclusão do BDI, é de **R\$ 12.754.401,40 (doze milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e um reais e quarenta centavos)**.

3.4. O endereço do local de execução da obra é: Rua Bernardo Sayão, nº 100 – Quadra: 06 – Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Campinas - SP.

#### **4. DO REGIME**

4.1. A obra será executada pelo regime de empreitada por preço unitário.

#### **5. DOS PRAZOS**

5.1. A entrega da documentação necessária à emissão de crachás, assim como à liberação pela Divisão de Segurança do Trabalho - DSTTr, deverá ocorrer conforme disposto na Minuta do Instrumento Contratual.

5.2. O prazo total para a execução da obra objeto da presente licitação é de 300 (trezentos) dias contados a partir do dia determinado na reunião de liberação de início da obra.

5.3. O prazo total para a entrega dos Projetos Executivos de Fundações e de Estrutura de concreto armado do Reservatório e do Poço do Elevador do prédio do Laboratório, inclusive Memoriais Descritivos, é de 90 (noventa) dias contados a partir do início da execução da obra previsto no subitem 5.2, conforme cronograma abaixo:

a) elaboração e entrega dos projetos executivos: até 60 (sessenta) dias contados do início da execução da obra previsto no subitem 5.2;

a.1) a análise pela área técnica da Contratante dos projetos executivos completos será realizada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da sua entrega, durante o qual o projetista poderá ser convocado a prestar esclarecimentos ou efetuar correções.

b) entrega dos projetos executivos e seus respectivos memoriais corrigidos e sem falhas: até 15 (quinze) dias contados da data da devolução dos projetos analisados pela área técnica da Contratante.

#### **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

6.1. Poderão participar do certame as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atendam as condições de habilitação previstas no presente edital.

6.1.1. Não será admitida a participação no certame de empresas:

a) estrangeiras que não funcionem no país;

b) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

c) que estejam cumprindo as penalidades previstas nos incs. III ou IV do art. 87 da Lei federal nº 8.666/93, no art. 7º da Lei federal nº 10.520/02 e art. 10 da Lei federal nº 9.605/98 (crimes ambientais).

c.1) com relação às penalidades do inc. III do art. 87 da lei nº 8.666/93 e do art. 7º da Lei nº 10520/02, seus efeitos se restringem à esfera de governo do órgão sancionador.

6.1.2. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses descritas nas alíneas acima, a licitante será inabilitada.

6.2. Para a habilitação no presente certame, as licitantes deverão apresentar no Envelope “A” – Documentação para Habilitação, todos os documentos relacionados no Anexo III.

6.3. As licitantes poderão substituir os documentos relacionados no Anexo III, exceto aqueles indicados nos subitens 3.2; 3.3; 3.3.1; 5.1 e 5.2, pelo Registro Cadastral – RC do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, pertinente a categoria do objeto da licitação e atualizado em relação à validade dos documentos com prazos de vigência próprios e devidamente aprovados.

6.3.1. No item qualificação econômico-financeira o RC deverá apresentar:

a) em qualquer um dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral o valor  $\geq 1,00$ ;

b) no índice de Endividamento Total o valor  $\leq 0,50$ ;

c) patrimônio líquido mínimo de R\$ 1.275.440,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais) admitida sua atualização conforme legislação vigente, comprovada na forma descrita no Anexo III.

6.4. A condição de licitante cadastrada no CAUFESP será verificada *on line* pela Comissão Julgadora Especial - CJE, na sessão pública de abertura dos Envelopes “A” – Documentação para Habilitação, cuja Ficha Cadastral do Fornecedor será impressa e juntada aos autos do processo licitatório.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

6.5. As licitantes deverão consultar previamente a situação dos documentos constantes de seu RC, inclusive quanto à data de sua aprovação para, se for o caso, apresentá-los atualizados dentro do Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

6.6. Os documentos extraídos de sítios oficiais na Internet e apresentados no certame terão sua validade confirmada pela CJE.

6.7. Se a licitante for a matriz todos os documentos de habilitação deverão estar em seu nome, e se for a filial todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. A visita técnica, nos termos do inc. III do art. 30 da LF 8.666/93 e nas condições estabelecidas no Anexo II, é franqueada a todas as interessadas.

## 7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser impressa com tinta indelével e assinada pelo representante legal da licitante, autorizado a contrair obrigações em seu nome. **Recomenda-se que todas as páginas da proposta sejam sequencialmente numeradas e rubricadas pelo signatário da mesma.**

7.1.1. A Comissão Julgadora de Propostas poderá, se for o caso, solicitar a comprovação da representação da licitante, que poderá ser feita por meio de Procuração e Ato Constitutivo da empresa, hipótese em que tais documentos deverão ser apresentados no prazo de até 48 horas.

7.2. A proposta deverá conter:

- a) identificação e endereço completo da licitante;
  - b) descrição do objeto de forma correta e clara;
  - c) preço global expresso em números, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;
  - d) planilha orçamentária detalhada, elaborada conforme o modelo fornecido pela Unicamp em formato excel, bem como os valores unitários e totais, destacando-se obrigatoriamente o valor correspondente ao BDI e, ainda, contemplar todas as etapas de execução, resultado do método executivo adotado pela licitante, de forma que os serviços executados totalizem o preço global referido na alínea “c”.
- d.1) somente os campos da planilha destinados à identificação da licitante e a inserção dos preços unitários dos itens deverão ser preenchidos. **Não será permitida qualquer alteração nos elementos constantes da planilha;**



d.2) para agilizar a análise das propostas, solicita-se a apresentação da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro, também na versão eletrônica, gravada em CD-R (não regravável), devidamente identificado com o número do processo licitatório, da licitação e a razão ou denominação social da licitante;

d.2.1) planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro, gravados em CD-R e apresentados no certame dentro do **envelope “B” – Proposta Comercial** (arquivo digital), deverão ser cópia fiel dos documentos impressos;

d.2.2) eventual divergência de valores entre os documentos nas versões impressa e digital, prevalecerá a primeira;

d.3) todos os custos diretos necessários à completa execução de cada um dos itens de serviço, e que não estejam discriminados nas planilhas orçamentárias como itens independentes deverão ser incorporados na composição de custos dos itens correlatos na planilha orçamentária a ser elaborada pela licitante e apresentada no certame;

d.4) o preço ofertado deverá cobrir todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, inclusive tributos e encargos de natureza social, trabalhista, previdenciária, fiscal ou para-fiscal, tendo por base a legislação vigente;

d.5) os materiais que serão empregados na execução da obra deverão satisfazer os padrões aconselhados pela boa técnica moderna e atender todas as exigências das Normas Brasileiras ABNT e INMETRO vigentes;

e) as condições e especificações determinadas neste edital e anexos;

f) os preços exclusivamente em moeda corrente nacional, vedada a vinculação de qualquer indexador;

g) o cronograma físico-financeiro, nos termos do Anexo I - Pasta Técnica, de acordo com o prazo de execução da obra e compatível com o cronograma de desembolso.

**NOTA:** Na reunião para liberação do início das obras a CONTRATADA deverá apresentar o cronograma físico-financeiro definitivo e compatibilizado com a data “zero” da realização da referida reunião e com os percentuais financeiros indicados na proposta comercial.

**7.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias** contados da data estabelecida para encerramento da entrega dos envelopes.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

7.3.1. Em casos excepcionais a Unicamp poderá, antes de expirado o prazo original de validade da Proposta, solicitar às licitantes uma prorrogação específica no prazo de validade, que deverá ser a mínima necessária para concluir a avaliação das propostas; obter aprovações e adjudicar o objeto. Neste caso, a solicitação e as respostas serão feitas por escrito (carta, fax ou telegrama), sendo vedado à licitante que concordar com a prorrogação, modificar sua proposta.

7.4. A proposta, correspondência e impressos deverão ser escritos em português, podendo os documentos complementares e a literatura impressa, estar em outro idioma, porém, deverão estar acompanhados de tradução para o português, sendo que a mesma prevalecerá sobre os originais, principalmente no que se refere à interpretação da proposta.

7.5. A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta, não recaiando sobre a Unicamp quaisquer ônus de caráter indenizatório, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

7.6. Não serão permitidas propostas alternativas. A licitante deverá apresentar proposta que atenda aos requisitos do edital, inclusive os projetos, conforme indicado nos desenhos e especificações técnicas.

7.7. Não se admitirão propostas rasuradas, emendadas ou com entrelinhas que obscureçam seu perfeito entendimento.

7.8. Basta a apresentação do envelope à presente licitação para entender que a licitante concorda com todas as cláusulas deste edital e anexos.

7.9. A documentação para Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser inseridas em envelopes separados, devidamente fechados e indevassados, contendo externamente, a identificação completa da licitante (CNPJ, Razão Social, endereço, telefone), o número desta licitação e a seguinte informação:

**Envelope “A” - Documentos para Habilitação.**

**Envelope “B” - Proposta Comercial.**

## **8. DA SESSÃO DE ABERTURA**

8.1. As licitantes poderão, na sessão de abertura, se fazer representar por um diretor ou um de seus sócios ou por preposto, por meio de procuração ou carta credencial.

8.1.1. Quando representada por diretor ou um de seus sócios, deverá ser apresentado o respectivo Contrato Social ou Ata de Eleição da diretoria, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, ou simples juntamente com o original para cotejo.





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

8.1.2. Tratando-se de procuração ou carta credencial, deverá haver menção expressa de outorga de poderes amplos, inclusive para receber intimação e/ou interpor/desistir de recursos e identificação clara do subscritor, com firma reconhecida ou firmada por 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas (nome, RG e endereço), e deverá ser apresentada no original, por cópia reprográfica autenticada ou simples juntamente com o original para cotejo.

8.1.3. Os contratos sociais, procurações ou cartas credenciais, acompanhados da cédula de identidade, respectivamente, do diretor ou sócio da empresa, do procurador ou representante credenciado, serão apresentados em separado à Comissão Julgadora, que os examinará no início da Sessão de abertura.

8.1.4. Os documentos de representação acima referidos serão retidos pela Comissão e juntados ao processo administrativo.

8.1.5. Durante os trabalhos da Sessão de Abertura, só será permitida a manifestação oral ou escrita de representantes legais ou credenciados das empresas participantes, que constará de ata não sendo permitidas refutações orais.

8.2. Os envelopes “A” e “B” e os documentos de credenciamento retidos serão rubricados pela Comissão e pelos representantes legais ou credenciados presentes.

8.3. A Comissão providenciará o recolhimento dos envelopes contendo as propostas comerciais, procedendo em seguida, a abertura dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação.

8.3.1. O conteúdo dos envelopes “A”, também será rubricado pela Comissão e pelos representantes legais ou credenciados presentes.

8.4. O julgamento da habilitação, a critério da Comissão, poderá ocorrer ato contínuo à abertura dos envelopes na mesma sessão pública ou reservadamente.

8.5. Os envelopes “B” – Proposta Comercial poderão ser abertos imediatamente após a fase de habilitação desde que haja renúncia expressa do direito de interpor recurso por parte de todas as licitantes, devidamente registradas na Ata de Julgamento da Habilitação.

## **9. DOS JULGAMENTOS**

### **9.1. DA HABILITAÇÃO**

9.1.1. O julgamento da habilitação será feito, na forma que dispõe a lei, pela Comissão Julgadora Especial - CJE - composta de, no mínimo, 03 (três) membros designados pela autoridade competente.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

9.1.2. Será dada publicidade do resultado do julgamento da habilitação através do Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE, para fins de conhecimento das licitantes e eventuais interposições de recursos na hipótese do julgamento não se realizar no mesmo dia da abertura dos envelopes e/ou não estiverem presentes todas as licitantes, bem como a data e horário para abertura do envelope "B" - Proposta Comercial.

9.1.3. Os envelopes propostas das licitantes inabilitadas permanecerão fechados e disponíveis para retirada no prazo de 30 (trinta) dias, findo os quais serão inutilizados, sem qualquer aviso prévio.

9.1.3.1. Em hipótese alguma haverá devolução do envelope Proposta, antes de transcorrido o prazo recursal e de julgados os eventuais recursos administrativos.

## **9.2. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

9.2.1. O julgamento das propostas será feito, na forma que dispõe a Lei, pela Comissão Julgadora de Propostas - CJP - composta de, no mínimo, 3 (três) membros designados pela autoridade competente.

9.2.2. Na data estabelecida, a CJP realizará a abertura dos envelopes somente das empresas habilitadas e procederá, nos dias subsequentes, o seu julgamento, caso não ocorra a hipótese descrita no item 8.5.

9.2.3. No julgamento das propostas a CJP levará em consideração os critérios objetivos definidos neste edital, de conformidade com o tipo desta licitação, dentre as propostas consideradas qualificadas, e em estrita consonância com as disposições dos arts. 44 e 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2.4. Será desclassificada a proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5. Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preço ou vantagem com base nas propostas das demais licitantes.

9.2.6. Não serão admitidas propostas que apresentarem preços global ou unitário simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado.

9.2.7. A CJP poderá, a qualquer tempo, requerer da licitante os esclarecimentos que julgar necessários a respeito de sua proposta, inclusive o detalhamento dos preços unitários, materiais e equipamentos. A solicitação e a resposta deverão ser feitas por escrito. Nessa oportunidade a licitante deverá demonstrar a



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

exequibilidade desses preços através de suas composições e respectivas justificativas técnicas.

9.2.8. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, caso haja empate, será assegurada às microempresas e as empresas de pequeno porte, a preferência de contratação, desde que solicitado o exercício de preferência na forma estabelecida no Anexo V.

9.2.8.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e as empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.2.8.2. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior a que foi considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

a.1) nesse caso a Comissão Julgadora de Propostas convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte para apresentar nova proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão;

b) não ocorrendo a contratação na forma disposta na subalínea anterior serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do subitem 9.2.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.2.8.1 será realizado sorteio entre as mesmas para identificar a que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

d) caso a contratação não ocorra nos termos do previsto no subitem 9.2.8, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.2.8.3. O critério de desempate estabelecido nas alíneas anteriores somente se aplica quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**9.2.9. Será considerado para efeito de julgamento, o menor preço global entre as propostas qualificadas.**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

9.2.10. A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2.11. A absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, implicará na classificação do primeiro colocado, mediante sorteio a ser realizado em ato público, na data e horário previamente estipulados e comunicados a todas as licitantes.

9.2.12. O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

## **10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DO ORÇAMENTO**

10.1. Para fins do disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93, o instrumento contratual será lavrado sob a forma de Termo de Contrato, cuja minuta compõe o Anexo VI.

10.2. Como condição de assinatura do contrato, e nos termos do art. 6º da Lei estadual nº 12.799/2008, a Unicamp consultará o CADIN para verificação de eventual registro em nome da adjudicatária, sendo que o resultado positivo impedirá a formalização do contrato.

10.3. A Adjudicatária deverá assinar e devolver o Termo de Contrato no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação.

10.3.1. A Adjudicatária deverá, ainda no prazo acima mencionado, apresentar na Divisão de Contratos da Diretoria Geral da Administração - DGA, a Composição de Preços Unitários em conformidade com todos os itens de serviços da planilha orçamentária apresentada, onde constem os insumos, mão-de-obra, coeficientes, taxas de leis sociais e BDI, bem como a Tabela ABC de participação dos insumos do orçamento.

10.4. Será admitida a subcontratação dos serviços, objeto desta licitação, mediante solicitação formal da Contratada à Fiscalização da Unicamp, devendo, para tanto, apresentar atestados emitidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA ou CAU.

10.5. Na hipótese de eventual aditamento do contrato em razão de adequação técnica do objeto, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, será adotada para a composição de preços, a última versão da Tabela de Composições de Preços de Obras – TCPO da Editora PINI.

10.6. Os recursos para atender as despesas da contratação estão programados na dotação orçamentária própria reservada na funcional programática 12.364.1043.1151, no elemento econômico 4451-30, e na dotação



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

extraorçamentária, de origem estadual, reservada à conta do Convênio Unicamp 66230 – PROC. SES 76/09 – CONV. 07/2009, ano 2009, fonte de recurso 004.001.008 – OUTROS SERVIÇOS GERAIS – UNICAMP, no elemento econômico 4451-30.

10.7. Será permitido pela Fiscalização da Unicamp um número máximo de duas obras dentro do Campus por Engenheiro Civil ou Arquiteto residente.

## **11. DA GARANTIA CONTRATUAL**

11.1. As condições para constituição de garantia para o cumprimento integral da obrigação estão definidas no instrumento contratual, cuja minuta compõe o Anexo VI.

## **12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

12.1. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da solicitação da Contratada.

12.2. O objeto será recebido definitivamente após o prazo de observação de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento provisório.

## **13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será efetuado nos termos contidos no instrumento contratual, cuja minuta compõe o Anexo VI.

13.2. Os serviços serão pagos pelas partes efetivamente executadas e aceitas, e pelos valores das etapas constantes do cronograma físico-financeiro, não sendo admitidos quaisquer adiantamentos.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, não gerando direito à atualização de preço.

13.4. É condição à efetivação do pagamento a inexistência de registro da Contratada no CADIN estadual, cuja averiguação será feita pela Contratante, conforme determina o art. 6º da Lei estadual nº 12.799/08.

## **14. DAS SANÇÕES**

14.1. A recusa ou atraso injustificados da adjudicatária em assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 50% sobre o valor total da obrigação.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

14.2. Salvo motivos de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados e comprovados, o não cumprimento por parte da contratada das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) advertência, sempre que constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais a Contratada tenha diretamente concorrido;

b) multa nos termos do subitem 14.2.1;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.2.1. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato a critério da Unicamp.

c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso apresentado;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor contratual.





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

14.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a contratada, respondendo igualmente pelas mesmas a garantia prestada.

14.4. As licitantes estarão sujeitas ainda às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

14.5. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas contempladas na Lei Federal nº 8.666/93 e Portaria GR nº 248, de 06/10/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: [http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?id\\_norma=798](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798).

14.6. Ocorrendo algum dos motivos previstos no artigo 78 da Lei federal nº 8.666/93, o contrato será rescindido unilateralmente, aplicando ainda as disposições dos artigos 79 e 80 da mesma lei.

14.6.1. O descumprimento das obrigações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º do Decreto estadual nº 53.047/08 poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato com base nos incisos I e II do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, bem como a aplicação das penalidades indicadas nos artigos 86 a 88 do mesmo decreto, e no inciso V do § 8º do art. 72 da Lei federal nº 9.605/98, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal e sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos do subitem 14.2.1.

14.7. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exime a Contratada da reparação de eventuais perdas e danos que acarretar à Unicamp decorrentes da execução do contrato.

14.8. Na aplicação de penalidades, bem como na rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

## **15. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS RECURSOS E REPRESENTAÇÕES**

15.1. Eventuais impugnações deverão ser apresentadas até dois dias úteis que antecedem a abertura dos envelopes, e não terão efeito suspensivo, salvo se presentes razões de interesse público.

15.2. A Unicamp receberá apenas recursos e representações, decorrentes de seus atos, na forma definida no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, e dirigidos ao Reitor, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais e deverão ser protocolados no **Expediente da Área de Suprimentos da DGA**.

15.3. Serão recebidas e conhecidas as impugnações, os recursos e representações através de fac-símile ou e-mail, desde que os originais sejam apresentados até cinco



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

dias da data do término do prazo, nos termos da Lei Federal nº 9.800, de 26 de maio de 1999.

## **16. DOS ESCLARECIMENTOS**

16.1. Os esclarecimentos deverão ser solicitados por escrito, através de fac-símile ou por e-mail, no prazo máximo de **4 (quatro) dias úteis** que antecedem a data do encerramento para a entrega dos envelopes, não sendo aceitos os pedidos de esclarecimentos e/ou informações por telefone.

16.2. A Unicamp disponibilizará as respostas aos pedidos de esclarecimentos no *link* [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios\\_14\\_1.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx), sendo de responsabilidade das interessadas o acompanhamento das publicações.

16.3. Na hipótese de não haver pedido de esclarecimentos pelas interessadas, no prazo acima estipulado, pressupõe-se que os elementos constantes no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

17.1. Para agilização dos procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes das futuras contratações, convém que a licitante informe, na proposta, a Agência do Banco do Brasil S/A que mantém conta corrente, bem como seu número, para que os pagamentos ocorram de conformidade com o disposto neste edital.

17.2. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste edital, serão tidas por ratificadas, nos termos da presente, pelas licitantes, exceto quando item obrigatório.

17.3. Todos os documentos deverão ser apresentados no original ou por cópias devidamente autenticadas, exceto a Proposta Comercial que deverá, sem exceção, ser apresentada no original.

17.4. Divergências entre os termos do edital e minuta de contrato prevalecerão as aqui estabelecidas.

17.5. Com a apresentação da proposta a proponente assume, independentemente de Declaração, que:

- a) tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL;
- b) atende e cumpre a disposição contida no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88;



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL**

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

c) tem pleno conhecimento das disposições contidas no edital, na pasta técnica e anexos, bem como no Manual da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH (disponível no *site* [http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man\\_dsso\\_seguranca.pdf](http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man_dsso_seguranca.pdf)) e no Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp (disponível no *site*: [http://www.prefeitura.unicamp.br/documentos/caderno\\_encargos.pdf/view](http://www.prefeitura.unicamp.br/documentos/caderno_encargos.pdf/view));

d) caso contratada, destinará os entulhos gerados na execução da obra, devidamente segregados, para aterros licenciados pela Prefeitura Municipal local, nos Termos da Resolução 307 do CONAMA;

e) se não estiver estabelecida no município de Campinas deverá adotar as providências contidas na IN DRM/SMF nº 02, de 06/12/2017, quanto ao Cadastro de Empresas não Estabelecidas no Município de Campinas – CENE, o que poderá ser feito no endereço eletrônico: <http://cene.campinas.sp.gov.br/cene-web/prestador/solicitacao/cadastro.jsf>, sendo que a não inscrição no referido CADASTRO acarretará a retenção do ISSQN a ser realizada pela Universidade, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº12.392/05.

e.1) a exigência acima não se aplica ao Microempreendedor Individual – MEI.

Campinas, 23 de maio de 2019.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

---

## ANEXO II – CONDIÇÕES PARA VISITA TÉCNICA FRANQUEADA

1. As interessadas em participar da licitação poderão (**não é obrigatório**) realizar visita técnica ao local onde serão executados os serviços desta licitação.
2. A visita técnica deverá ser previamente agendada pelo telefone: (19) 3521-5694 com o Sr. Wellington Aparecido de Oliveira, e será realizada em dias de expediente na UNICAMP e no período de 27/05/2019 até às 16h00 do dia 25/06/2019.
3. A visita técnica será acompanhada por um servidor designado pela UNICAMP.
4. A visita e inspeção prévia do local e cercanias têm por finalidade permitir que a licitante obtenha, para a sua utilização e exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução da mesma; formas e condições de suprimentos; meios de acesso ao local. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.
5. Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre os serviços ou condições do local.
6. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

## **ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

### **1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedades anônimas acompanhado da ata, devidamente arquivada, de assembléia geral ou reunião do conselho de administração que elegeu os administradores, com a comprovação de sua publicação pela imprensa.

1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

### **2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativa aos Créditos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos do disposto na Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014.

2.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, compreendendo os tributos mobiliários.

2.5. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF.

2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

2.7. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da UNICAMP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões

negativas de débito ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo início corresponde ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame.

2.7.1. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à UNICAMP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar o certame.

### 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. Registro da licitante na entidade profissional competente (CREA ou CAU).

3.2. No mínimo, um atestado de capacidade técnica-operacional, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura - CAU, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a **aptidão da licitante** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, do qual deverá constar indicação dos serviços executados, cujas parcelas de maior relevância são:

Parcelas de maior relevância	Quantidade	Item da planilha orçamentária
Fornecimento e montagem de estrutura metálica	6.000 KG	2.07.06 e 2.07.07
Fornecimento e execução de cobertura	1.800 M2	2.07.09, 2.07.10 e 3.05.05
Fornecimento e instalação de transformador de 300 KVA	1 UN	4.02.02.29 e 4.02.02.30
Instalação de rede de dutos metálicos para ar-condicionado	6.500 KG	6.02.02.01

3.2.1. Será admitido o somatório de atestados para a comprovação dos itens e quantidades mínimas exigidas.

3.3. Indicação nominal e por escrito do profissional de nível superior reconhecido pelo CREA ou CAU, o qual será o responsável técnico pela obra, **comprovando seu vínculo com a licitante da seguinte forma:**

- carteira de trabalho;
- ficha (ou folha do livro) de registro de empregados;
- contrato social;
- contrato particular firmado com a empresa licitante;



- 
- certidão de registro da empresa junto ao CREA ou CAU, no caso de o profissional que será o responsável técnico pela obra ser também o responsável técnico da empresa junto ao referido órgão.

3.3.1. Deverá ser apresentada, no mínimo, uma Certidão de Acervo Técnico - CAT desse profissional, emitida pelo CREA ou CAU por execução de obra de características semelhantes ao objeto que ora se licita, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância, a seguir especificadas:

- ✓ Montagem de estrutura metálica
- ✓ Execução de cobertura
- ✓ Instalação de transformador
- ✓ Instalações elétricas
- ✓ Instalações de sistema de climatização

**NOTA 1: Posterior alteração do responsável técnico implicará, obrigatoriamente, na comprovação de Acervo Técnico do profissional e vínculo empregatício ou societário.**

#### 4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo ser apresentada a publicação do último balanço patrimonial, incluindo a documentação do resultado do exercício. Não sendo a empresa obrigada a publicar seu balanço, deverá apresentar cópia legível da página do diário geral, devidamente autenticada, onde tenha sido transcrito o balanço patrimonial ativo/passivo, e a demonstração do resultado do exercício. Estes documentos deverão conter assinaturas dos sócios e do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro.

4.1.1. A comprovação da boa situação financeira da empresa dar-se-á mediante a aplicação da fórmula abaixo descrita, cujo resultado deverá apresentar, em qualquer um dos índices, valor maior ou igual a 1,00 (um), bem como o índice de endividamento menor ou igual a 0,50.

4.1.1.1. A fórmula é composta dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) e Índice de Endividamento (IE), resultantes de:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

4.2. Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ 1.275.440,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), comprovados na forma da lei, admitida sua atualização, conforme legislação vigente.

4.2.1. A atualização do patrimônio líquido, se necessária, deverá ser demonstrada por documento assinado pelo representante legal e profissional devidamente habilitado e inscrito no órgão de classe.

4.3. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

## 5. DEMAIS DOCUMENTOS

5.1. Declaração de Compromisso, nos termos do Anexo IV.

5.2. Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Anexo V.

## 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, e aqueles mencionados nos itens 3.1 e 4.3 deste anexo, deverão estar na validade até a data prevista para abertura do envelope “A” – Documentação.

6.2. Todos os documentos poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada, ou ainda, por cópia simples para cotejo pela Comissão, desde que apresentado o original para conferência.

**6.3. Os documentos elaborados e emitidos pela licitante, quando assinados por procurador, deverão estar acompanhados do competente instrumento de procuração.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

---

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 8º do Decreto estadual nº 53.047, de 2 de junho de 2008:

Eu, \_\_\_\_\_, (RG) \_\_\_\_\_, legalmente nomeado, representante da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, para o fim de habilitação na **Concorrência Pública DGA nº 1/2019, processo nº 01-P-00541/2019**, declaro, sob as penas da lei, que para a execução da obra/serviços objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto retrocitado, a obrigação de sua aquisição de pessoa jurídica devidamente cadastrada no CADMADEIRA.

Tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase da execução do contrato poderá acarretar a rescisão unilateral com base nos incisos I e II do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades previstas nos artigos 86 a 88 do mesmo diploma legal e sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de 3 (três) anos, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V da Lei federal nº 9.605/98, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

Data

Assinatura devidamente identificada com comprovação da representação legal da empresa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL

Fl. nº \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-00541/2019  
Rub. \_\_\_\_\_

Aprovado segundo o Parecer PG  
nº 865/2019, de 30/04/2019, e  
pelo Despacho nº 2309/2019, de  
30/04/2019.

---

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

“A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal, o Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “microempresa ou empresa de pequeno porte”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate na **Concorrência Pública DGA nº 1/2019** realizada pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Local e data

Assinatura, nome e RG do representante legal da empresa